

de Estrangeiros e Fronteiras é, nos termos do n.º 4 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de Outubro, equiparado a chefe de divisão;

Considerando que a licenciada Maria Dulce Vaz Almeida Freitas Costa, especialista superior do nível 5 da carreira de apoio à investigação e fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, é, pela sua experiência profissional, detentora de aptidão e competência técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo de chefe do Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial, correspondendo assim ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do Serviço;

Assim, nos termos e ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio em comissão de serviço a licenciada Maria Dulce Vaz Almeida Freitas Costa, do quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, chefe do Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial, cargo de direcção intermédia de 2.º grau.

14 de Outubro de 2005. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

Currículo síntese

Maria Dulce Vaz de Almeida de Freitas Costa, licenciada em Finanças pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa, técnica superior de 1.ª classe.

Percurso profissional:

Em Janeiro de 1981 desempenhou funções na Direcção-Geral da Organização Administrativa como técnica superior de 1.ª classe, na área de gestão e planeamento de projectos, nomeadamente na concepção e implementação do sistema de contabilidade de custos, na participação no grupo de trabalho para realização do projecto «Adequação das necessidades financeiras face às exigências determinadas pelo cálculo de custos de projectos e programas, tentativa de estabelecimento de orçamento-programa» e na implementação de vários sistemas de informação para gestão, como a elaboração de planos anuais de acção e relatórios de actividades;

Em Março de 1986 foi requisitada para o Instituto de Informática do Ministério das Finanças;

Desde 1 de Junho de 2004 está requisitada no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, onde tem exercido funções no Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial, coadjuvando a directora central de Gestão e Administração.

Formação profissional:

Curso «Metodologias e técnicas de organização», na DGEFAP; Curso «Controlo de gestão e sistemas de informação para gestão» na Norma;

Colóquio sobre «Desenvolvimento de projectos de formação» na DGEFAP;

Estágio sobre «Métodos e técnicas base da contabilidade analítica» na CEGOC;

Curso de «Tecnologia da gestão moderna II» na DGEFAP; Frequência do curso de preparação pedagógica de formadores na DGEFAP;

Colóquio sobre «Metodologia do planeamento informático» na DGEFAP;

Estágio, em Berna, sobre modelos de gestão integrada; Curso POCP — Plano Oficial de Contabilidade Pública, no Instituto de Informática;

Curso «Sistema de gestão de receitas» no Instituto de Informática.

Formação ministrada:

Monitoragem do módulo «Sistemas de informação para gestão» nos cursos de M. T. O. e de técnicas de análise da informação administrativa, DGEFAP;

Monitoragem do módulo «Contabilidade de gestão» em quatro cursos de «Tecnologia de gestão moderna I» realizados na DGEFAP, em Coimbra, e para funcionários do Alfeite;

Monitoragem dos módulos «Contabilidade de gestão» e «Orçamento por programa» no Funchal.

Trabalhos realizados:

Colaboração na elaboração e redacção do manual do orçamento-programa;

Colaboração na elaboração do trabalho «Reorganização de circuitos do Ministério da Reforma Administrativa».

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 22 417/2005 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto do artigo 27.º, n.º 5, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, determino, a seu pedido, a cessação das funções exercidas no meu Gabinete em regime de destacamento de Manuela Maria Sarilho, assistente administrativa especialista do quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

7 de Outubro de 2005. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*.

Despacho n.º 22 418/2005 (2.ª série). — Atendendo a que Portugal ratificou o Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares e o Protocolo de Proibição Total de Ensaios Nucleares, bem como os respectivos anexos, adoptados pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas n.º 50/245, de 9 de Setembro de 1996, aprovados na ordem jurídica interna pela Resolução da Assembleia da República n.º 44/2000 e ratificados pelo Decreto do Presidente da República n.º 26/2000, ambos de 24 de Maio, com o instrumento de ratificação depositado junto do Secretário-Geral das Nações Unidas em 26 de Junho de 2000;

Considerando que pela resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2001, de 9 de Agosto, foi constituída a autoridade nacional do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares, órgão de ligação directa com a Organização do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares e com os outros Estados Partes para garantir o cumprimento das obrigações decorrentes da ratificação do Tratado;

Tendo em conta que a importância do problema e as complexas vertentes político-diplomáticas e sectoriais inerentes a este Tratado aconselham a nomeação de um alto funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros para presidir à autoridade nacional e acompanhar a questão:

1 — Designo o ministro plenipotenciário de 1.ª classe Rui Nogueira Lopes Aleixo para desempenhar as funções de responsável pelo acompanhamento das questões relativas ao Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares, presidindo à respectiva autoridade nacional.

2 — No exercício dessas funções, o responsável é equiparado a titular de cargo de direcção superior de 1.º grau (director-geral).

3 — A presente nomeação terá a duração de 12 meses, com efeitos a partir de 14 de Outubro de 2005.

17 de Outubro de 2005. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública

Despacho n.º 22 419/2005 (2.ª série). — Considerando que, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, foi concedida a Fabrízio Croce licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau;

Considerando que o mesmo, nos termos do artigo 1.º daquele diploma legal, solicitou a sua renovação;

Determino que, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, seja renovada a licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau concedida a Fabrízio Croce pelo período de um ano, com efeitos a 1 de Outubro de 2005.

1 de Outubro de 2005. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo*.

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 9405/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 4.1 da parte II do Regulamento de Avaliação Permanente do Pessoal do Grupo de Administração Tributária, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7, de 11 de Janeiro de 2005, notificam-se os interessados que o projecto de classificação do teste realizado pelos inspectores tributários de nível 1 no dia 1 de Outubro de 2005, bem como a respectiva classificação final resultante da apli-

cação do disposto no n.º 3.7 da parte II do referido regulamento, se encontram afixados nos serviços.

Nos termos dos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, os interessados poderão, no prazo de 10 dias úteis a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*, pronunciar-se, por escrito, devendo dirigir as suas alegações ao presidente da comissão de avaliação do processo de progressão para inspector tributário de nível 2 (ao abrigo do n.º 3.7 do Regulamento de Avaliação Permanente), as quais poderão ser remetidas pelo correio, em carta registada, para a Rua do Comércio, 49, 3.º, 1149-017 Lisboa, ou entregues pessoalmente na mesma morada.

O processo encontra-se disponível para consulta no Núcleo de Acompanhamento da Avaliação Permanente da Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Rua dos Fanqueiros, 15, 2.º, em Lisboa, diariamente, das 9 horas e 30 minutos às 12 horas e das 14 horas e 30 minutos às 17 horas.

17 de Outubro de 2005. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 9406/2005 (2.ª série). — Por despachos do presidente do conselho de administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e do director-geral dos Impostos de 1 de Setembro e de 10 de Outubro de 2005, respectivamente:

Paula Marina Almeida Reis Tavares, assistente administrativa do quadro de pessoal da Maternidade do Dr. Alfredo da Costa — transferida para idêntico lugar do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, ficando afectada à Direcção de Finanças de Lisboa, com efeitos a 1 de Novembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia.)

17 de Outubro de 2005. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar

Despacho n.º 22 420/2005 (2.ª série). — 1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 10 379/2005, de 11 de Abril, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 10 de Maio de 2005, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o major CAV 14612485, Rui Miguel Laboreiro Risques da Costa Ferreira, por um período de 365 dias, em substituição do major CAV 19482388, António José da Cunha Mariz, para desempenhar funções de director técnico do projecto n.º 8, «Regimento de Polícia Militar», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

13 de Outubro de 2005. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Manuel Lobo Antunes*.

Despacho n.º 22 421/2005 (2.ª série). — 1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 10 379/2005, de 11 de Abril, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 10 de Maio de 2005, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o coronel PILAV 039514-F, Joaquim Manuel Nunes Borrego, por um período de 365 dias, em substituição do coronel PILAV 032208-D, Amândio Manuel Fernandes Miranda, para desempenhar funções de director técnico, em regime de não residente, do projecto n.º 12, «Escola de Aviação», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

13 de Outubro de 2005. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Manuel Lobo Antunes*.

MARINHA

Instituto Hidrográfico

Despacho (extracto) n.º 22 422/2005 (2.ª série). — Por despacho do vice-almirante director-geral do Instituto Hidrográfico de 14 de Outubro de 2005:

Cecília Isabel Teles Luz — nomeada, precedendo concurso, nos termos do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21 de Maio, em lugar de acesso na categoria de técnica superior de 1.ª classe, da carreira de geógrafo, do quadro de pessoal civil do Instituto Hidrográfico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Outubro de 2005. — O Director dos Serviços de Apoio, *João Manuel Figueiredo de Passos Ramos*, capitão-de-fragata.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Instituto do Ambiente

Despacho n.º 22 423/2005 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Março de 2005 do presidente do Instituto do Ambiente:

Sílvia Cristina Gaudêncio Rei — nomeada técnica superior de 2.ª classe, da carreira de técnico superior, do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral do Ambiente, considerando-se dispensada do estágio com efeitos a 7 de Março de 2005.

7 de Outubro de 2005. — A Directora de Serviços, por delegação do Presidente, *Ana Paula Rodrigues*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 22 424/2005 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 10.º e no n.º 1 do artigo 15.º dos Estatutos do Hospital de São Sebastião, S. A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 296/2002, de 11 de Dezembro, nomeio, em comissão de serviço, para o exercício das funções de director clínico daquele Hospital o licenciado João Gregório de Sousa Gonçalves, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

16 de Setembro de 2005. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Nota curricular

João Gregório de Sousa Gonçalves, nasceu a 13 de Fevereiro de 1947, na freguesia da Camacha, concelho de Santa Cruz, ilha da Madeira.

Frequentou a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, até à conclusão do 5.º ano do curso de Medicina, tendo solicitado a transferência para a Faculdade de Medicina do Porto no ano lectivo de 1971-1972, ano em que concluiu o curso de Medicina.

Fez o internato complementar de medicina interna no Hospital Geral de Santo António, o qual terminou em 1979.

Iniciou a sua actividade como assistente hospitalar do serviço de medicina interna do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia em 16 de Fevereiro de 1981.

Em 16 de Novembro de 1987 foi aprovado no concurso de habilitação ao grau de chefe de serviço hospitalar, tendo assim adquirido o grau de chefe de serviço hospitalar na área profissional de medicina interna. Em Setembro de 1991, integrou a direcção clínica do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia, como director do internato médico, funções que manteve até 1996.

Em Dezembro de 1992 fez concurso para provimento em chefe de serviço de medicina interna do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia, lugar que ocupou a partir de Fevereiro de 1993.